

Secção/Área temática / Thematic Section/Area:
Classes, Desigualdades e Políticas Públicas | Mesa 9: Desigualdades, cultura e fragilidades sociais
XII-APS-66772

Organização Social e Pesca Artesanal: uma análise a partir das ações do Projeto de Educação Ambiental - PEA Pescarte

Timoteo, Geraldo - Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro - RJ/Brasil.
E-mail: geraldotimoteo@gmail.com.

Este artigo é resultado de pesquisa financiada pelo Projeto de Educação Ambiental – PEA Pescarte que é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento Ambiental Federal, conduzida pelo IBAMA. Assim, este trabalho pretende demonstrar os resultados das ações do PEA Pescarte no qual objetiva-se a integração dos sujeitos da ação educativa (SAE/Pescadores(as) Artesanais) ao processo dinâmico da construção de uma sociedade em que todos tenham direito a um meio ambiente equilibrado, socialmente justo e igualitário. Para alcançar tal objetivo, que é o de organização social e fortalecimento das comunidades tradicionais da pesca artesanal a partir de projetos de geração de trabalho e renda – PGTR, o projeto atua com pesquisa de extensão universitária conceituada como pesquisa-ação, ou seja, uma pesquisa interventiva, visando transformar a realidade social, econômica e educacional, referenciada na sustentabilidade e sobre a ótica da equidade ambiental, a partir de ações educativas orientadas à busca da emancipação social das comunidades alcançadas pela educação ambiental crítica.

Palavras-chave: Intervenção sociológica, Comunidades de pesca artesanal, Trabalho, Pobreza, Desenvolvimento, Sociologia rural, Sociologia urbana.

Introdução

O estudo em questão tem como objetivo principal promover o fortalecimento da organização comunitária dos Sujeitos da Ação Educativa (SAE/Pescadores(as) Artesanais) por meio de projetos de Geração de Trabalho e Renda (PGTR). Esse objetivo está diretamente relacionado às características, especificidades e carências identificadas nas comunidades atendidas durante o 1.º Censo Pescarte, realizado entre 2014-2016.

A realização do censo proporcionou o acesso à informações amplas acerca da organização social, política e social dos pescadores artesanais e que possibilitou a implantação de um processo de devolutiva pública dos resultados das pesquisas, ocorrendo em assembleias comunitárias promovidas pela PEA Pescarte. Essas devolutivas promoveram a discussão e checagem dos dados obtidos, além de estimular uma retroalimentação crítica e dialógica. Esse processo público e regular de reuniões e devolutivas das pesquisas teve o efeito de fortalecer a organização social das comunidades, ao gerar uma tomada de consciência sobre sua realidade social.

A partir deste diagnóstico social que contou, ainda, com a realização de grupos focais e entrevistas em profundidade, o projeto passou a atuar no processo educativo, estimulando o planejamento dialógico e a organização comunitária em resposta às demandas identificadas. Educadores socioambientais tiveram a oportunidade de entrar em contato pessoalmente com as pessoas das comunidades de pesca artesanal, apresentando o Projeto de Educação Ambiental e estabelecendo parcerias. Lideranças e mediadores das comunidades foram convidados a participar de ações de educação ambiental crítica, com o objetivo de fortalecer as redes sociais locais que articulam esses agentes e, posteriormente, foi realizado o contato diretamente com a população pesqueira.

Nesse contexto, as ações de educação ambiental foram realizadas por meio de oficinas, cursos, visitas técnicas e outras formas de educação não-formal. Essas ações visavam não apenas fortalecer a organização social comunitária, mas também promover o desenvolvimento sustentável, a Economia Solidária e o Cooperativismo de Base Comunitária. Os projetos de Geração de Trabalho e Renda (PGTR) foram pautados nesses princípios, buscando integrar os Sujeitos da Ação Educativa ao processo dinâmico da construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

O objetivo principal do estudo é compreender o processo em desenvolvimento de fortalecimento da organização comunitária dos Sujeitos da Ação Educativa (SAE/Pescadores(as) Artesanais) por meio de projetos de Geração de Trabalho e Renda (PGTR), promovido pelo projeto de educação ambiental (PEA) Pescarte. Os trabalhos visam integrar os pescadores ao processo dinâmico da construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ao analisar as informações fornecidas sobre as comunidades de pesca artesanal, é possível buscar estabelecer uma relação direta com esse objetivo geral.

1. Contextualização das comunidades de pesca artesanal

As comunidades de pesca artesanal são constituídas por grupos de indivíduos que ocupam espaços geográficos definidos e se reconhecem como localidades ou comunidades pesqueiras. Essas comunidades representam uma parte significativa da população de pescadores(as) artesanais e desempenham um papel fundamental na atividade econômica dessas regiões.

Contudo, não se encontram nestas comunidades aquela ideia bucólica imaginada quando se fala em pescadores. O avanço da urbanização e a fatal elitização dos territórios próximos ao mar, para a implantação de condomínio (moradia e industriais), tem levado a que essa população se veja na necessidade de morar nos bairros e periferia das cidades.

Com base nos dados do Censo Pescarte, 2022-2023, é observado que essas comunidades enfrentam desafios em termos de infraestrutura e acesso a serviços básicos. Por exemplo, a posse de imóveis com escritura é baixa entre os pescadores, apenas 34,3%, contra 39,7% sem escritura, o que pode afetar sua segurança jurídica e acesso a crédito. Da mesma forma, a falta de acesso à rede geral de esgoto, com apenas 36,6% acessando a rede geral de esgotamento sanitário, além disto, o fornecimento de água potável encanada atinge apenas 73,5% dos entrevistados, levando a que 26,5% das famílias tenham a dependência de formas alternativas de abastecimento de água demonstram deficiências na infraestrutura básica nessas comunidades.

Além disso, a maioria dos pescadores entrevistados possui renda variando de R\$500,00 a R\$3.300,00, e há um número considerável de pescadores que recebem até R\$500,00. Esses dados indicam desafios relacionados à geração de trabalho e renda, evidenciando a necessidade de projetos específicos nessa área para melhorar as condições socioeconômicas dos pescadores.

A análise da autodeclaração sobre sexo e gênero revela uma maioria masculina entre os pescadores, com 66,9% sendo homens e 33,1% mulheres. Esse dado é importante para abordar questões de equidade de gênero e empoderamento das mulheres nas comunidades de pesca artesanal. A promoção da igualdade de gênero é fundamental para construir uma sociedade justa e igualitária, como previsto no objetivo geral.

1.1 Justificativa e relevância da intervenção sociológica

Este trabalho busca ser o desenvolvimento de uma práxis sociológica e utiliza-se dos processos aportados pela sociologia e que recebe uma série de adjetivos que procuram definir seu destino, indo da definição de uma sociologia pública (BOURDIEU, 1993; BURAWOY, 2005), em que os autores afirmam a responsabilidade dos sociólogos de compartilharem seus conhecimentos e engajarem-se ativamente com o públicos em geral, chegando a uma sociologia de intervenção, também conhecida por intervenção sociológica, em que se persegue a compreensão de quais são os meios pelos quais ocorre as mudanças sociais que levarão à transformação tão necessária da realidade social sofrida que é vivida por tantos, em tantos lugares. Isso envolve a análise de ações concretas e dirigidas à construção coletiva dos objetivos a serem cooperativamente buscados, em outras palavras, envolve a aplicação dos conhecimentos e métodos da sociologia para analisar problemas sociais, desenvolver estratégias de mudança buscando promover a melhoria das condições de vida das comunidades.

1.2. Sociologia da intervenção: Conceitos e abordagens

A sociologia de intervenção é um campo que tem buscado desvendar os desafios da mudança social, ao mesmo tempo em que ensaia métodos para reduzir as incertezas tanto das ações necessárias, quanto nos resultados a serem apreciados. Esse campo tem percorrido um longo caminho teórico, metodológico e prático, que se divide em duas abordagens distintas e ainda amplamente divergentes. Uma delas busca encontrar leis gerais da história e fatores fundamentais da mudança, enquanto a outra procura compreender a pluralidade irredutível dos processos de mudança, reconhecendo seu caráter contingente, localizado, complexo, provisório, com limites fluidos e marcados por tensões sociais que se desdobram em novos problemas e conflitos.

A intervenção da sociologia não possui uma natureza normativa, mas é centrada no plano cognitivo. O trabalho científico nessa abordagem se baseia no conhecimento produzido sobre o sistema de ação social e os problemas que esse sistema enfrenta para manter-se, sendo necessário a elaboração de um raciocínio que permita decodificar esse conhecimento e utilizá-lo para desenvolver um plano de ação em conjunto com os atores envolvidos.

"[Seleccionar e escrever o título da comunicação / Press here and write the title of the communication]"

De acordo com Remy Hess (1983), a sociologia adquire o status científico quando rompe com essa dicotomia entre teoria e prática, superando as tradições paradigmáticas que se originaram no curso da história da sociologia como disciplina. Com o crescente profissionalismo das ciências sociais, tem-se buscado uma "teoria da ação", que busque estabelecer uma práxis capaz de lidar com a crescente fragmentação e diversidade dos campos em que atua o sociólogo.

Atualmente, a maioria dos cientistas sociais reconhece a fertilidade da relação entre teoria e ação, mas a articulação entre essas formas de fazer sociologia e a exploração da relação entre elas não tem sido fácil. Vranken define a sociologia de intervenção como o exercício profissional do sociólogo-interventor, que atua no coração de uma situação com o objetivo de cumprir uma missão utilizando o raciocínio sociológico como elemento dominante da ação. Ele também menciona os "modelos de intervenção", que são as teorias formalizadas da sociedade e da ação, fornecendo linguagens analíticas para intervir, compreender e explicar fatos, atores, organizações e sistemas.

Embora hajam divergências entre a sociologia "teórica" e a sociologia de campo, essas tem sido, sistematicamente, diminuídas, compreendendo-se melhor a capacidade dos achados teóricos e metodológicos da sociologia para apoiar as ações de mudança social. De um lado, ainda temos os que defendem a necessidade de combater o silêncio dos acadêmicos sobre os seus referenciais teóricos e éticos, argumentando que isso não é feito em razão de uma cultura científica que, muitas vezes, leva a uma posição acrítica em relação à mudança social e à afirmação de uma quase neutralidade sobre a realidade social. Por outro lado, há aqueles que lamentam a falta de teoria e metodologia sociológica na prática dos profissionais do campo, sendo necessário desenvolver um processo de entrelaçamento destes saberes de modo a que essa integração possa reivindicar um lugar adequado na academia para disseminar e aprofundar os seus conhecimentos.

Essas questões levantadas apresentam a sociologia de intervenção como um elemento catalizador e capaz de perseguir uma interpretação teórica/prática que permita a compreensão dos sistemas de representação social que são oriundas do próprio processo de transformação do sistema social em que se está atuando, sendo possível assumir uma postura ativa diante das possibilidades de mudança que surgem com essa práxis, pois, acredita-se que uma compreensão mais profunda de uma situação social surge quando nos mobilizamos para transformá-la.

Assim, fica a importância de repensar os critérios científicos tradicionais, como objetividade, validade e confiabilidade, à luz da sociologia de intervenção. Rompe-se com a existência de uma sociologia científica distante da realidade em que se atua. Essa discussão desafia a concepção estabelecida de uma separação rígida entre teoria e prática, levando a uma investigação dos postulados teóricos e das abordagens metodológicas que fundamentam as práticas profissionais.

François Dubet (2001) destaca a especificidade do trabalho científico na sociologia de intervenção, apontando que a sociologia se distingue das outras ciências pelo fato de que ela é quase sempre uma intervenção. Ele ressalta a importância da reflexividade nas ciências sociais, pois essas disciplinas exigem a produção de sentido e a construção do problema social. Dessa forma, os cientistas sociais estão imersos na transformação social, na produção e na estruturação do mundo social, em constante diálogo com os atores que compõem a sociedade.

Seguindo essa perspectiva, a análise sociológica pode ser considerada uma forma de ação coletiva, uma vez que a produção do conhecimento ocorre em um contexto de dinâmicas sociais e de poder. Compreender a realidade social implica agir na mudança social, pois a difusão do conhecimento sociológico tem o potencial de impactar e transformar a reflexividade dos sujeitos, permitindo a reconstrução da ação coletiva. A capacidade reflexiva das ciências sociais engloba não apenas a capacidade de análise, mas também a interação constante entre a realidade e a construção de sentido.

Essa dimensão de mudança do conhecimento social é enfatizada por Friedberg (2010), com sua abordagem organizacional da ação coletiva, destaca a importância de compreender os contextos culturais locais que estruturam as interações entre atores interdependentes na resolução de problemas comuns. Essa abordagem busca reconstruir as características, os equilíbrios de poder e as "regras do jogo" das ordens locais, considerando-as como construções políticas e culturais. A compreensão da especificidade e da contingência dos processos que emergem dessas interações permite uma análise mais aprofundada das dinâmicas sociais e contribui para a transformação e reprodução dessas ordens locais.

Essas reflexões ampliam nossa compreensão da sociologia de intervenção, destacando sua natureza intrinsecamente ligada à ação, à produção de sentido e à transformação social. A superação da dicotomia entre teoria e prática na sociologia se torna um desafio fundamental, e a busca por uma abordagem integrada e reflexiva é essencial para enfrentar os problemas sociais e contribuir para a mudança efetiva. A

"[Seleccionar e escrever o título da comunicação / Press here and write the title of the communication]"

sociologia de intervenção se configura como uma ferramenta poderosa para compreender e intervir nas dinâmicas sociais, promovendo a construção de um conhecimento mais engajado e relevante, dando importância em repensar os critérios científicos tradicionais, como objetividade, validade e confiabilidade, à luz da sociologia de intervenção.

2. Sociologia do trabalho: Transformações, precarização e resistências

Somando ao espectro da análise, inserimos as preocupações adotadas pela sociologia do trabalho, tanto brasileira quanto francesa, em seu papel fundamental na compreensão das transformações sociais contemporâneas, especialmente no que diz respeito aos processos de vulnerabilização e precarização das condições de reprodução social implantadas pelo sistema capitalista tardio representado pelo caso latino americano e, especificamente, o caso brasileiro. Essas abordagens sociológicas nos permitem analisar as mudanças ocorridas nas relações de trabalho e seus impactos na estrutura social.

No contexto brasileiro, a sociologia do trabalho tem alertado para o processo de reprodução da pobreza a partir da inserção precária dos indivíduos no mercado de trabalho, destacando-se as análises das desigualdades que afetam diferentes grupos sociais. Ela contribui para entender como certos segmentos da população, como os trabalhadores informais e os subempregados, são vulnerabilizados e enfrentam condições de trabalho desfavoráveis. Além disso, a sociologia do trabalho brasileira também investiga as relações entre trabalho, gênero e raça, evidenciando as formas específicas de vulnerabilidade enfrentadas por mulheres e grupos racializados.

Por sua vez, a sociologia do trabalho francesa tem uma longa tradição de estudos sobre a precarização do trabalho e suas consequências para os trabalhadores. Essa abordagem tem se concentrado na análise das mudanças nas relações de trabalho, como a flexibilização, terceirização e a expansão do trabalho temporário. Ela examina os efeitos dessas transformações, como a insegurança laboral, a diminuição dos direitos trabalhistas e a instabilidade financeira, que resultam em processos de precarização e vulnerabilização.

É importante ressaltar que esses processos de vulnerabilização não são apenas potenciais, mas têm se tornando permanentes na realidade contemporânea. Eles afetam tanto os trabalhadores inseridos no mercado formal quanto aqueles que estão em

situação de informalidade. A sociologia do trabalho tem contribuído para evidenciar como essas dinâmicas afetam a vida dos indivíduos, gerando impactos não apenas no âmbito econômico, mas também nas esferas social e subjetiva.

Além de analisar esses processos de vulnerabilização, a sociologia do trabalho tem nos permitido estudar os processos de resistência que emergem como resposta a esses fatores. Por meio da análise das práticas coletivas, mobilizações sociais e movimentos sindicais, é possível compreender como os trabalhadores organizam-se para enfrentar a precarização e lutar por melhores condições de trabalho e, ainda, como a auto-organização de trabalhadores em processos emancipatórios, que se utilizam dos princípios da economia solidária, permitem vislumbrar um aumento na reação aos processos da espoliação a que estão submetidas as classes subalternas no capitalismo.

A associação destes saberes é um dos elementos que sustentam uma ação calcada na sociologia da intervenção, permitindo que os sociólogos voltados ao entendimento dos aspectos relacionados ao trabalho tenham a oportunidade de se engajar em projetos de pesquisa e ações práticas que visam transformar as condições de trabalho e promover uma maior justiça social. Essa abordagem valoriza o diálogo com os atores envolvidos, como os trabalhadores, associações e as organizações sindicais, para desenvolver estratégias de intervenção eficazes e sustentáveis.

2.1 Sociologia da pobreza: Causas estruturais e mecanismos de reprodução

A sociologia da pobreza é um campo de estudo que se dedica a analisar as causas e consequências da pobreza na sociedade. Ao longo do tempo, diversos sociólogos contribuíram para a compreensão desse fenômeno complexo, fornecendo conceitos-chave relacionados à desigualdade social, renda, estratificação social e evitação social. Esses conceitos são especialmente relevantes ao examinar a realidade de grupos marginalizados, como a população em situação de rua e, também, têm aplicação em diversas outras formas de negação social enfrentadas por grupos vulneráveis como pescadores, ribeirinhos, seringueiros, quilombolas, entre outros.

Conceitos como a desigualdade social, e a desigualdade de renda são conceitos fundamentais na sociologia da pobreza. Sociólogos renomados, como Karl Marx, Max Weber e Pierre Bourdieu, desenvolveram teorias que destacam como as disparidades econômicas e de poder influenciam a estratificação social. A renda é um indicador importante para medir a desigualdade e analisar as condições de vida das pessoas.

"[Seleccionar e escrever o título da comunicação / Press here and write the title of the communication]"

Thomas Piketty (2013), contribuiu com uma análise contemporânea da desigualdade de renda, demonstrando como ela tem se acentuado em diversas partes do mundo e a razão seria que quando o retorno de capital é maior que o crescimento da economia, a desigualdade tende a aumentar.

A estratificação social, por sua vez, refere-se à divisão da sociedade em diferentes camadas ou estratos, com base em critérios como renda, ocupação, educação e status. Pierre Bourdieu desenvolveu o conceito de "capital cultural" para explicar como o acesso desigual a recursos culturais, como a educação, contribui para a reprodução das desigualdades sociais. Essa abordagem ajuda a compreender como a pobreza muitas vezes é transmitida de geração em geração.

A evitação social é outro conceito importante, relacionado à invisibilidade social enfrentada por grupos marginalizados, como a população em situação de rua. Autores como Erving Goffman, (1963), exploraram como os estigmas sociais podem levar à evitação e à negação da realidade vivida por esses grupos, inclusive, negada pelos próprios sujeitos que são estigmatizados. A evitação social contribui para a invisibilidade e a marginalização social, dificultando o acesso a direitos e recursos básicos.

Em suma, as principais contribuições da sociologia da pobreza envolvem a análise da desigualdade social e de renda, a estratificação social, a evitação social e a invisibilidade enfrentada por grupos marginalizados. Os estudos sobre o Rio de Janeiro, em particular, têm oferecido insights valiosos sobre as dinâmicas sociais e as desigualdades presentes nesse contexto, enquanto a sociologia pesqueira tem buscado compreender as realidades e as desigualdades vivenciadas pelos pescadores artesanais.

O sociólogo Jessé de Souza tem contribuído significativamente para a compreensão da desigualdade e da pobreza no Brasil ao apresentar conceitos importantes que ampliam a discussão sobre essas questões, por exemplo, como uma elite conservadora e desigualmente privilegiada contribui para a manutenção da desigualdade social no Brasil (SOUZA, 2017). Ele argumenta que essa elite, em vez de promover uma sociedade mais justa e igualitária, utiliza seu poder político e econômico para preservar seus privilégios, perpetuando um modelo social que beneficia apenas alguns poucos. Essa elite do atraso, segundo o autor, se baseia em estruturas sociais e culturais que impedem a mobilidade social e a redução das desigualdades.

Ainda, formula o conceito de subcidadania (2003), como a condição de cidadania limitada e precária vivida pela maioria da população brasileira, especialmente os mais

pobres. Ele argumenta que a subcidadania é resultado de uma estrutura social que nega acesso aos direitos fundamentais, como educação, saúde, segurança e justiça a uma grande parcela da população brasileira. Ao introduzir esses conceitos, Jessé de Souza destaca a importância de compreender as dinâmicas sociais e políticas que perpetuam a desigualdade e a pobreza no Brasil. Ele critica a narrativa que culpa os mais pobres por sua situação precária, argumentando que a subcidadania é resultado de um sistema estrutural que limita as oportunidades e reforça a concentração de poder nas mãos de uma elite.

3. Metodologia

A proposta apresentada se enquadra nos princípios da sociologia de intervenção por buscar uma ação prática e transformadora na realidade social das comunidades tradicionais de pesca fundamentada em uma análise crítica das condições econômicas e sociais adversas que afetam as comunidades de pesca. Essa abordagem, como já mencionado, reconhece as múltiplas dimensões sociais envolvidas, destacando a importância de identificar e problematizar essas questões para fortalecer a organização social e implementar um projeto de geração de trabalho e renda solidário que atenda às necessidades locais.

3.1 Abordagem interdisciplinar e pesquisa participativa

A ação praticada adota uma abordagem participativa, valorizando o engajamento ativo das comunidades e a construção coletiva de conhecimento. A mobilização dos sujeitos da ação educativa são partes essenciais do processo, buscando ampliar as bases organizativas do grupo vulnerável, no caso, os pescadores artesanais e suas famílias. Isso demonstra um compromisso com a participação e protagonismo dos envolvidos no processo de transformação social. O objetivo principal é fortalecer a organização social e implantar um projeto de geração de trabalho e renda (GTR) solidário, visando a autonomia dos participantes.

O projeto está estruturado em seis fases, sendo cinco fases bienais e uma quadrienal, cada um com objetivos específicos. A primeira fase foca a mobilização e organização dos sujeitos da ação educativa, ou seja, a conscientização e engajamento das comunidades pesqueiras. A segunda fase envolve a escolha e planejamento do projeto de GTR, levando em consideração as necessidades e realidades locais. A

"[Seleccionar e escrever o título da comunicação / Press here and write the title of the communication]"

terceira fase é dedicado à implantação do projeto de GTR escolhido, com duração de quatro anos. Durante esse período, busca-se consolidar as práticas culturais e identidades produtivas dos participantes. As fases quatro e cinco são voltados para a construção coletiva e dialógica de habilidades socioeconômicas e administrativas, respectivamente, visando o fortalecimento das capacidades dos envolvidos. E a sexta e última fase tem como objetivo a consolidação e emancipação dos processos de desenvolvimento organizativo, ou seja, o fortalecimento das bases organizativas do grupo vulnerável, neste caso, os pescadores artesanais e suas famílias.

A estratégia pedagógica adotada é a elaboração de cursos, que envolve a formação da equipe técnica e a discussão do formato a ser utilizado na comunidade pesqueira. Essa abordagem permite a adaptação das ações pedagógicas às especificidades de cada grupo de educandos, identidades produtivas e empreendimentos locais. Além disso, especialistas foram convidados para contribuir com atividades de campo, oficinas e compartilhar suas experiências em gestão e treinamento.

No que diz respeito às estratégias metodológicas para a mobilização e organização dos sujeitos da ação educativa, são utilizadas técnicas da pesquisa-ação, que aproximam os indivíduos dos processos de produção da crítica social. Oficinas, grupos focais e reuniões mensais com os participantes são vistas como para promover essa aproximação e estimular a reflexão crítica.

Em resumo, a metodologia proposta busca promover a conscientização, organização e capacitação das comunidades tradicionais de pesca, visando o fortalecimento da organização social e o desenvolvimento sustentável. A abordagem participativa, aliada à pesquisa-ação e à adaptação às realidades locais, é essencial para criar um processo educativo significativo e empoderador dos membros das comunidades de pesca.

4. Reflexões sobre organização, intervenção e alcance da ação do PEA Pescarte

O PEA Pescarte está organizado em diferentes núcleos de organização e ação, cada um com uma função específica, mas que se complementam e integram na busca pela constituição de empreendimentos cooperativos dentro dos princípios da economia solidária. Essa estrutura demonstra uma abordagem sistêmica e integrada, em que diferentes aspectos são considerados para promover a transformação social e emancipação da comunidade de pesca artesanal da Bacia de Campos.

4.1. Organização do PEA Pescarte

A diversidade e interdisciplinaridade da equipe do PEA também são destacadas, com a participação de pessoas com origem e trabalho na pesca, bem como profissionais acadêmicos. Essa composição permite uma perspectiva abrangente e múltiplos olhares na avaliação das ações do projeto. Essa diversidade contribui para uma abordagem mais inclusiva e ampla, levando em consideração diferentes experiências e conhecimentos.

Cada núcleo tem uma intenção educativa e desenvolve atividades específicas. O Núcleo Pedagógico, por exemplo, busca criar um ambiente emancipatório por meio do diálogo, fortalecendo a organização comunitária e a autonomia da comunidade de pesca artesanal. A utilização de recursos metodológicos contextualizados, como audiolivros, podcasts e vídeos tutoriais, demonstra uma preocupação em tornar o processo educativo acessível e adaptado à realidade dos envolvidos.

O Núcleo Administrativo atua de forma coordenada com os demais núcleos, garantindo a operacionalização das atividades do projeto e o cumprimento das metas estabelecidas. Esse núcleo desempenha um papel fundamental na viabilização das ações e na integração entre os diferentes aspectos do projeto.

O Núcleo Estruturante da Pesquisa oferece suporte teórico e científico para a realização das oficinas, contribuindo para a integração das linhas de pesquisa e aproximando-as entre si. Essa abordagem fortalece a base teórica das ações desenvolvidas e a capacidade de reflexão crítica por parte dos envolvidos.

A atuação do Núcleo de Direitos e Benefícios (NDB) no âmbito do PEA Pescarte desempenha um papel crucial na promoção e garantia dos direitos das comunidades de pesca artesanal. Com uma abordagem multidisciplinar, o NDB tem desenvolvido diversas ações que visam fortalecer a autonomia e a qualidade de vida dos Sujeitos da Ação Educativa (SAEs) inseridos nesse contexto.

Uma das principais contribuições do NDB é o trabalho contínuo de orientação social e jurídica qualificada para os SAEs. Por meio dessa iniciativa, são oferecidos conhecimentos e informações fundamentais para que os pescadores e pescadoras compreendam seus direitos e possam tomar decisões informadas em relação a questões legais e sociais que os afetam. Esse suporte contribui para empoderar os SAEs, tornando-os mais aptos a lidar com situações adversas e a reivindicar seus direitos.

Além disso, o Núcleo de Direitos e Benefícios realiza Sessões de Encontros com as mulheres inseridas na cadeia da pesca artesanal, por meio online, abordando temas

"[Seleccionar e escrever o título da comunicação / Press here and write the title of the communication]"

sensíveis e relevantes para esse grupo, como violência e patriarcado, legislação de proteção às mulheres vítimas de violência, cooperativismo e mercado de trabalho, saúde da mulher, entre outros. Esses encontros proporcionam um espaço seguro para a discussão e a conscientização sobre questões de gênero, promovendo a igualdade e o empoderamento feminino dentro da comunidade pesqueira.

Outra conquista significativa do NDB é a elaboração de documentos diversos que subsidiam a atuação do projeto. Esses documentos podem incluir manuais, guias, regulamentos e outros materiais informativos que oferecem orientações claras e acessíveis para os SAEs, fortalecendo seu conhecimento e capacidade de organização.

Destaca-se também a publicação do Caderno de Direitos e Benefícios da Comunidade da Pesca Artesanal, realizado em formato de e-book e publicado pela Editora EDUENF. Esse caderno é uma importante ferramenta de disseminação de conhecimento, consolidando informações relevantes sobre direitos e benefícios relacionados à pesca artesanal, e contribui para a formação e conscientização dos SAEs.

O NDB não se limita apenas a ações internas, mas também busca estabelecer parcerias e encontros de articulação com outros projetos e entidades que trabalham com a questão feminina e com a pesca artesanal. Essas articulações possibilitam a troca de experiências, o compartilhamento de boas práticas e o fortalecimento de uma rede de apoio e colaboração entre diferentes atores envolvidos nessa temática.

Além de seu trabalho direcionado aos SAEs, o NDB também oferece apoio e informações administrativas e jurídicas na construção dos estatutos das associações de pescadores e pescadoras artesanais de Rio das Ostras e Carapebus. Esse suporte é fundamental para que essas associações possam se organizar de forma adequada, garantindo seus direitos e fortalecendo a representatividade da comunidade pesqueira.

No Núcleo da Agenda Socioambiental, destaca-se a estruturação de processos dedicados à sistematização, medição e comunicação de pautas socioambientais, promovendo encontros com outras entidades e articulações em âmbito macro e municipal. Essa atuação tem levado ao diálogo com diferentes atores e a influenciar políticas e práticas que afetam as comunidades tradicionais de pesca.

Outros núcleos, como o Núcleo do Censo, o Núcleo Criativo, o Núcleo de Informação e os Núcleos Norte e Sul, desempenham funções específicas que contribuem para diferentes aspectos do projeto, como coleta de dados, comunicação, suporte jurídico, gestão de informações e atuação em diferentes regiões

Em suma, a estrutura organizacional e as atividades desenvolvidas pelos diferentes núcleos do PEA Pescarte refletem a intenção educativa de promover a transformação social e emancipação da comunidade de pesca artesanal. A abordagem interdisciplinar, o fortalecimento da organização comunitária, a busca por recursos metodológicos contextualizados, a atuação em diferentes frentes e a articulação com outros atores são elementos que se alinham com a metodologia de intervenção proposta por Paulo Freire, buscando a conscientização, a participação ativa e a busca por melhores condições de vida e trabalho para os envolvidos.

4.2. Metodologia de intervenção e a relação com a ação

A relação da metodologia de intervenção como ferramenta de transformação social e alcance de objetivos emancipatórios, conforme Paulo Freire, é evidente na forma como o PEA Pescarte busca fortalecer a organização da classe pesqueira e promover processos emancipatórios.

Primeiramente, a formação de cooperativas e a constituição da Unidade de Beneficiamento de Médio Porte, com capacidade de processamento de pescado de 5 toneladas por turno de trabalho; e a constituição de unidades de produção aquícola, com a criação de tilápia, ostras, vieiras e mexilhões em cativeiro, demonstram o resultado concreto das ações do PEA, no sentido de promover a geração de trabalho e renda e fortalecer a classe pesqueira. Essas conquistas são fruto da construção coletiva de projetos, evidenciando a importância da participação ativa dos pescadores(as) no processo de tomada de decisões e na busca por melhorias para sua própria existência.

Em segundo, o estímulo do PEA tem incentivado a formação de novas associações, como a Associação de pescadores(as) e trabalhadores(as) da pesca artesanais de Rio das Ostras (APTPA-RO) e a Associação de pescadores e pescadoras artesanais de Carapebus (APPAC). Essa criação de novas organizações reflete a mobilização e o engajamento dos pescadores(as) em buscar representatividade e lutar por seus direitos. A necessidade de criar um novo CNPJ e a nova gestão atuando em benefício da classe evidenciam a disposição renovada dos participantes em se organizarem e enfrentarem os desafios.

A busca pela integração dos pescadores(as) nos ambientes decisórios, tanto públicos quanto privados, é uma estratégia importante para ampliar sua participação e influência na definição de políticas e práticas relacionadas à pesca artesanal. A formação da Agenda Socioambiental, a deliberação transversal e o alcance de êxitos,

"[Seleccionar e escrever o título da comunicação / Press here and write the title of the communication]"

como a mudança do período de defeso do camarão da Lagoa de Araruama, que perdurou por 10 anos, mantendo um calendário fora do ciclo natural de reprodução da espécie. Um dado que demonstra o efeito dessa mudança e que durante a vigência do defeso entre agosto e outubro de cada ano, a captura do camarão não superou as 3 toneladas ano, enquanto no primeiro ano do novo período do defeso, entre abril e junho, essa captura já subiu para 18,5 toneladas; além disto, houve a conquista de financiamento de projetos, como o que apoia a transmissão de conhecimento dos mestres barqueiros para novos aprendizes. Estes são exemplos concretos de como o PEA Pescarte busca fortalecer a voz e a capacidade de ação dos pescadores(as) no contexto socioambiental.

4.3. Alcance da ação do PEA Pescarte junto à comunidade de pesca

A metodologia de intervenção adotada pelo PEA Pescarte, em consonância com os princípios de Paulo Freire de autonomia, está voltada para a transformação social e o alcance de objetivos emancipatórios. Por meio da organização comunitária, da participação ativa dos envolvidos, da construção coletiva de projetos e da busca por espaços de decisão, o PEA Pescarte promove a conscientização, a capacitação e a mobilização dos pescadores(as) artesanais, fortalecendo sua organização social e contribuindo para a conquista de melhores condições de vida e de trabalho.

1. Ainda, no desenvolvimento dos trabalhos foram realizadas 3 oficinas, alcançando um total de 83 turmas e 1011 participantes ligados à comunidade da pesca artesanal nos municípios abrangidos pelo PEA;
2. foram aplicadas 2 oficinas de licenciamento ambiental, com 71 turmas e 744 participantes capacitados; Na oficina de letramento foram alcançadas 20 turmas e 330 participantes.
3. Soma-se a isto, mais 4 reuniões por município (7 municípios) com o Grupo de Acompanhamento e Orientação (GAO), totalizando 28 reuniões e 591 participantes. Essas reuniões têm o objetivo de aprofundar o processo de organização social da comunidade da pesca artesanal;
4. Para a mobilização e organização dos Sujeitos da Ação Educativa (SAEs) (Meta 1.1.6), foram promovidos 4 encontros com um total de 83 participantes, visando fortalecer os laços com a comunidade;
5. Nas reuniões com o Grupo de Trabalho (GT) por município (Meta 1.3.4), foram realizadas 48 reuniões com a participação de 1.292 membros da comunidade da pesca artesanal. O GT discutiu questões como organização

- comunitária, regimentos internos de GAOs e cooperativas, e estatutos dos GAOs e cooperativas nos municípios envolvidos;
6. Realizou-se uma visita técnica em três locais diferentes, abordando temas como segurança alimentar, unidade de beneficiamento de pescados e criação de ostras, com a participação de 45 pessoas. Essa visita visa promover o conhecimento e a interação dos SAEs com as áreas de produção dos Projetos de Geração de Trabalho e Renda (PGTR);
 7. foram realizadas 2 assembleias semestrais nos 7 municípios abrangidos pelo Programa de Educação Ambiental (PEA), totalizando 14 encontros com a participação de 1095 pessoas. Essas assembleias tinham como objetivo fornecer um espaço de devolutiva das ações realizadas pelo PEA aos Sujeitos da Ação Educativa (SAEs);
 8. foram realizados 2 encontros do Grupo de Acompanhamento e Orientação (GAO) Integrador em 2022, com a participação de 114 pessoas. Esses encontros visavam discutir conjuntamente os objetivos dos pescadores e avaliar o andamento do projeto nos municípios abrangidos, contando também com a participação de representantes dos novos municípios Carapebus, Armação dos Búzios e Rio das Ostras;
 9. foi realizado um encontro microrregional da região norte e na região sul, com a participação de 240 pessoas, incluindo SAEs, equipe técnica e pesquisadores do PEA. Nesses encontros, foram discutidos temas como o alinhamento dos SAEs e da equipe técnica aos objetivos do cronograma e a construção de um espaço de diálogo e interação entre os participantes.
 10. foram realizadas 5 oficinas de recursos tecnológicos nos municípios de Armação dos Búzios, Carapebus e Rio das Ostras, com a participação de 59 pessoas da comunidade da pesca artesanal. Essas oficinas tinham como objetivo fornecer competências de utilização dos recursos audiovisuais para um diálogo cultural e comunicação comunitária.
 11. foram realizadas eleições para o Grupo Gestor (GG) nos municípios de Armação dos Búzios e Rio das Ostras. Participaram dessas eleições 67 pessoas da equipe técnica e SAEs, e o número total de votantes foi de 266 em Armação dos Búzios e 180 em Rio das Ostras. A função do GG é realizar a escolha dos empreendimentos que serão implantados na comunidade de pesca;

"[Seleccionar e escrever o título da comunicação / Press here and write the title of the communication]"

12. foram realizadas 15 reuniões de mobilização e discussão do estatuto do GG nos municípios de Carapebus, Rio das Ostras e Armação dos Búzios, com a participação de 489 pessoas. Essas reuniões visavam acompanhar a participação dos SAEs nas ações do PEA e discutir a construção do estatuto do Grup Gestor;
13. foi realizada uma oficina de gestão de empreendimentos solidários para a equipe técnica do PEA, com a participação de 69 pessoas. Essa oficina tinha como objetivo demonstrar a importância do cooperativismo e do trabalho em equipe para o sucesso coletivo dos empreendimentos;
14. foi realizado um seminário de integração com a participação de 146 pessoas, incluindo membros da equipe técnica, SAEs e pesquisadores. O seminário tinha como objetivo promover a integração entre os participantes, alinhar os objetivos do projeto e promover debates relacionados a temas como insegurança alimentar, constituição de cooperativas, geração de trabalho e renda, administração de cooperativas e diálogo entre os participantes;
15. foi realizada uma oficina de licenciamento ambiental e controle social para a equipe do PEA, com a participação de 170 pessoas. O objetivo dessa oficina era promover a formação em educação ambiental e fortalecer a percepção da economia solidária e da gestão democrática dos recursos;
16. foram realizadas 2 oficinas sobre licenciamento ambiental e educação ambiental para a equipe do PEA, com a participação de 170 pessoas. O objetivo dessas oficinas era oferecer subsídios para a realização de uma oficina voltada às comunidades pesqueiras abrangidas pelo PEA;
17. e, finalmente, foram realizados 3 encontros de avaliação e realinhamento da equipe técnica e de pesquisa do PEA, com a participação de aproximadamente 277 pessoas. Esses encontros promoviam a troca de experiências e a avaliação crítica das ações realizadas no âmbito do PEA.

Conclusão

As metas mencionadas anteriormente têm proporcionado contribuições significativas para o processo emancipatório dos pescadores, ao fortalecer sua participação comunitária, promover capacitação e formação, criar espaços de

articulação e integração, fortalecer a economia solidária e empoderar os pescadores como cidadãos ativos no controle social. Essas conquistas têm um impacto profundo no desenvolvimento das comunidades pesqueiras e na busca por um futuro mais justo e sustentável.

Uma das principais contribuições das metas é o fortalecimento da participação comunitária. A realização de assembleias e encontros tem proporcionado um espaço valioso para os pescadores expressarem suas preocupações, compartilharem suas experiências e participarem ativamente do processo de tomada de decisões. Esse fortalecimento da participação comunitária cria uma base sólida para a construção de ações coletivas e para a defesa dos interesses dos pescadores.

Além disso, as metas têm se concentrado na capacitação e formação dos pescadores, fornecendo-lhes conhecimentos e habilidades relevantes para a gestão de seus empreendimentos. As oficinas realizadas abordaram temas como recursos tecnológicos, gestão de empreendimentos solidários e licenciamento ambiental. Essas capacitações capacitam os pescadores a adotarem práticas mais sustentáveis, promoverem o controle social e se engajarem de forma mais eficaz na tomada de decisões relacionadas aos recursos naturais e ao meio ambiente.

Nesse contexto, é importante destacar o papel da metodologia da sociologia de intervenção para o alcance das metas mencionadas. A sociologia de intervenção é uma abordagem que busca a transformação social por meio da pesquisa e da ação direta nas comunidades. Ela proporciona uma compreensão aprofundada das dinâmicas sociais e dos desafios enfrentados pelos pescadores, permitindo a identificação de estratégias eficazes para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Por meio da sociologia de intervenção, é possível envolver ativamente os pescadores no processo de pesquisa, planejamento e implementação das metas. Essa abordagem participativa e colaborativa fortalece a autonomia e o protagonismo dos pescadores, permitindo que eles se tornem agentes de mudança em suas próprias comunidades.

Além disso, a sociologia de intervenção enfatiza a importância do diálogo e da interação entre os diferentes atores envolvidos no processo, incluindo os pescadores, a equipe técnica, os pesquisadores e os representantes governamentais. Essa troca de conhecimentos, experiências e perspectivas enriquece a tomada de decisões e promove a construção coletiva de soluções.

"[Seleccionar e escrever o título da comunicação / Press here and write the title of the communication]"

Portanto, a aplicação da metodologia da sociologia de intervenção tem sido fundamental para o alcance das metas estabelecidas, ao proporcionar uma abordagem participativa, inclusiva e reflexiva. Essa abordagem capacita os pescadores a se tornarem agentes de transformação social, promovendo o desenvolvimento sustentável de suas comunidades e a busca por uma sociedade mais justa e equitativa.

Em conclusão, as metas mencionadas têm desempenhado um papel crucial no processo emancipatório dos pescadores, promovendo sua participação comunitária, capacitando-os, fortalecendo a economia solidária e empoderando-os como agentes de controle social. O sucesso dessas metas é fruto do compromisso e do trabalho conjunto dos pescadores, da equipe técnica e dos pesquisadores, utilizando abordagens participativas e metodologias como a sociologia de intervenção. Essas conquistas são fundamentais para o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras, bem como para a construção de uma sociedade mais equitativa e justa. É essencial continuar investindo nessas metas e apoiando as comunidades pesqueiras em seu caminho rumo à emancipação e prosperidade.

Referências Bibliográficas

- BARRETO, M. R. F. (2013). *Pesquisa-ação nas organizações e na sociedade*. São Paulo, Atlas.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2019). *Desenvolvimento e Crise no Brasil: História, Economia e Política de Getúlio Vargas a Lula*. São Paulo: Editora 34.
- BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez Editora.
- BOURDIEU, P. (1983). *A Miséria do Mundo*.
- BURAWOY, M. (2005). *Public Sociology: Fifteen Eminent Sociologists Debate Politics and the Profession in the Twenty-First Century*".
- BRANDÃO, C. R.(1985). *Metodologia da pesquisa participante*. São Paulo: Editora Brasiliense,.
- BRANDÃO, C. R. (1985). *O que é método Paulo Freire*. São Paulo: Editora Brasiliense
- BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS. (2009). *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. In: SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina.
- François DUBET, (2001). "A Plea for Sociological Intervention," in Didier VRANCKEN & Olgierd KUTY (eds.), *Sociology and Intervention, Sociological Openings*, Louvain-la-Neuve, De Boeck Université, pp. 89-110.
- FRIEDBERG, (2010). *The Politics of Collective Action*.

- FREIRE, P. (1968). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GOFFMAN, E. (1963). *Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*.
- HESS, R. (1983). *Sociologia de intervenção*, Lisboa, Rés.
- MENESES, M. P. (orgs.). (2009). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina.
- RUIZ, J. A. (2006). *Pesquisa Participante e Educação Popular: Conhecimento e Práticas Sociais*. Petrópolis: Vozes.
- SACHS, Ignacy. (2002). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- SEN, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras.
- SOUZA, Jéssé, *A Elite do Atraso: da escravidão à lava jato*”, 2017.
- SOUZA, Jéssé, *A Construção da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*, 2003.